



GEOGRAFIA, SERVIÇO SOCIAL E USOS DO TERRITÓRIO: UM DEBATE INTERDISCIPLINAR NECESSÁRIO PARA PENSAR O MUNDO PRESENTE

Paul Clívilan Santos Firmino

Universidade do Estado de Mato Grosso/UNEMAT, Brasil.

paul_clivilan@hotmail.com

Ricardo de Holanda Leão

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia/UFRB, Brasil.

rh.leao@hotmail.com

RESUMO – O presente artigo traz uma discussão acerca da relevância da interdisciplinaridade nas ciências, em especial nas Humanas e Sociais, como um caminho para pensar as problemáticas do mundo presente. No caso do texto em questão, ressaltam-se a Geografia e o Serviço Social como áreas de pesquisa, tendo a categoria território, mediante seus usos, como base argumentativa. Pensar o mundo contemporâneo se coloca como objetivo, na medida em que, as relações postas entre ambas, configuram possibilidades de debate e construção mediativa de políticas sociais e de sociabilidades. Parte-se da compreensão dialética das respectivas áreas de estudo, perpassando o entendimento social de território e como este se dá no interior da sociedade para, em seguida, atinar conceitos que o permeiam e adentram ao debate social através, por exemplo, da formulação de políticas sociais. Para tanto, fundamenta-se numa investigação teórico-conceitual de pesquisadores(as) da temática, alinhando-se às experiências acadêmicas e profissionais dos autores do artigo. Neste viés, a interdisciplinaridade se coloca como real e necessária, haja vista ela ocorrer no interior das pesquisas sociais, ampliando-se para além da academia, dando base a perspectivas do Estado.

Palavras-chave: Interdisciplinaridade; Geografia; Serviço Social; Usos do Território; Contemporaneidade.

GEOGRAPHY, SOCIAL WORK AND TERRITORY USES: AN INTERDISCIPLINARY DEBATE NECESSARY TO THINK ABOUT THE PRESENT WORLD

ABSTRACT – This article brings a discussion about the relevance of interdisciplinary in the sciences, especially in the Humanities and Social Sciences, as a way to think about the problems of the present world. In the case of the text in question, Geography and Social Work are highlighted as areas of research, with the category of territory, through its uses, as the argumentative basis. Thinking about the contemporary world is the objective, as the relationships between both fields provide possibilities for debate and mediative construction of social policies and sociabilities. It starts from the dialectical understanding of the respective areas of study, passing through the social understanding of territory and how it occurs within society, to then address concepts that permeate it and enter into social debate through, for example, the formulation of social policies. For this purpose, it is based on a theoretical-conceptual investigation of researchers on the subject, aligning with the academic and professional experiences of the authors of the article. In this sense, interdisciplinarity is real and necessary, as it occurs within social research, expanding beyond the academia, providing a foundation for the perspectives of the State.

Keywords: Interdisciplinarity; Geography; Social Work; Territory Uses; Contemporaneity.

NOTA INTRODUTÓRIA

Refletir sobre a interdisciplinaridade entre as Ciências Sociais e Humanas é uma tarefa necessária nos dias de hoje, seja pelo momento histórico ao qual vivenciamos, com a superficialidade da razão posta pelo senso comum e pela bestialização imposta pela atual conjuntura ou, essencialmente, pela construção do pensamento crítico como motor da sociabilidade, das relações sociais e da produção da ciência.

A Geografia tem, em sua produção teórica, um leque aprofundado de categorias e conceitos que embasam os estudos sobre sociedade, política, cultura e organização social nas quais contribuem com outras ciências em perspectivas diversas. O Serviço Social, como área de pesquisa, de igual modo, possibilita o fluxo de conhecimento e contribui com a produção da ciência, essencialmente nos âmbitos social e político, com ênfase nas relações sociais e na análise da “questão social”. É notória, nessa relação, a conjunção de possibilidades que advém do estudo interdisciplinar entre ambas, constituindo uma fundamentação que contribui para o conhecimento da realidade social, como também para a produção de políticas afirmativas, sociais e culturais, tanto no nível micro, quanto no macro.

O presente artigo objetiva analisar e discutir a relação entre duas perspectivas das ciências, isto é, uma no âmbito das Ciências Humanas e outra das Ciências Sociais Aplicadas, as quais comungam a partir da necessidade e do olhar sobre a construção da sociedade no atual sistema. Geografia e Serviço Social se entrecruzam como relação necessária na produção do conhecimento sobre a realidade, unindo o debate geopolítico, social, cultural e econômico num prisma que favorece o conhecimento e a transformação da realidade. Para tanto, como forma de responder às indagações e questionamentos em torno da referida temática, buscou-se um aprofundamento teórico mediante autores(as) da ciência geográfica e do Serviço Social, além de outras ciências/áreas do conhecimento, a exemplo da Política Social e Economia. Neste sentido, torna-se fundamental na escrita do artigo a construção do referencial teórico como procedimento metodológico, ampliando o olhar da realidade do mundo atual.

Desse modo, buscando contemplar o objetivo proposto, o texto que se apresenta está dividido em quatro partes distintas e complementares, além desta nota introdutória, das considerações finais, dos agradecimentos e do item agregando às referências que nortearam a nossa escrita.

Então, na sequência, o item a seguir apresenta algumas considerações sobre a institucionalização e o pensamento moderno da ciência geográfica, apontando desde a gênese, a construção e o caminho trilhado no que se convencionou chamar de Geografia Tradicional até a Geografia Crítica, elucidando suas principais ideias, perpassando, principalmente, as Escolas alemã e francesa, num fazer-se contínuo até a contemporaneidade. No item seguinte, abordamos a interdisciplinaridade entre Geografia e Serviço Social como caminho possível relacional com vistas ao entendimento do mundo do presente, com suas inúmeras questões postas, buscando refletir sobre a categoria território, ao tempo em que pensa a contribuição mútua entre ambas. Adiante, aprofundamos a reflexão sobre território, e seus usos, como categoria de análise das duas áreas de estudo, esclarecendo que sua definição perpassa a ambas, ultrapassando também a compreensão do mesmo como mera delimitação de espaço geográfico. Por fim, analisamos como o Serviço Social se constituiu ao longo de sua formação como política pública utilizando-se do conhecimento e dos conceitos de territórios com vistas a viabilizar a construção de políticas sociais. Faz-se importante compreender que a construção de conceitos – aqui destacamos a categoria território – é histórica e está em constante debate em ambas as áreas/ciências, sendo objeto de discussões. Ao final do texto, trazemos ainda considerações que interligam a interdisciplinaridade e a construção de um pensamento dinâmico que complementa uma à outra como fluxo necessário de criticidade do que é social, político, econômico e cultural.

A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA GEOGRAFIA E DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO MODERNO

A Geografia como Ciência tem sua gênese moderna alicerçada em estímulos sociais advindos de uma Alemanha, ainda no século XIX, repartida em reinos e com fortes anseios imperialistas de se expandir e conquistar novos territórios. Atrélada a este ponto, é notória a relevância dos ideais de cientistas deste período, tendo como representantes Alexander Von Humboldt e Carl Ritter, considerados responsáveis por sua institucionalização. Relata Moreira (1981, p. 22) que as condições para o surgimento da Geografia “não teriam determinado automaticamente a sua gênese não fosse à existência de um estímulo social mais direto presente na particularidade histórica da Alemanha e de certas características individuais relativas ao pensamento de alguns cientistas alemães”.

A Geografia começava a ‘engatinhar’ nos caminhos da ciência que futuramente iria analisar a sociedade e a natureza não mais de forma fragmentada, mas numa relação indissociável entre ambas. Isto foi proposto nos últimos decênios do século XX por Milton Santos ([1978] 2008), ao definir o espaço geográfico como objeto-chave de investigação. Num primeiro momento, com a Geografia Tradicional, o espaço não se constituía como conceito-chave, mesmo aparecendo nos escritos de nomes como o do alemão Friedrich Ratzel. Era a definição de um conceito que viria dar base para pensar e refletir criticamente a sociedade em suas contradições. Neste sentido, podemos compreender o espaço geográfico como sendo “formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá (SANTOS, [1996] 2008, p. 63).

A Geografia passou por profundas discussões acerca do que ela era (o que é Geografia?), não atendo-se sobre qual o seu objeto de investigação. Tal realidade começa a passar por uma metamorfose e ganhar força com a definição de espaço geográfico mediante as ações humanas sobre ele. No entanto, para se chegar à compreensão da ciência geográfica como concebida atualmente, uma Geografia Crítica, é notório a apropriação de conceitos marxistas, como o de formação econômica e social, bem como do método materialista histórico e dialético, base para diversas discussões sociais dentro do pensamento geográfico em transformação – assim como ocorreu em outras áreas/ciências a exemplo do Serviço Social (Importa mencionar que o debate sobre o Serviço Social como Ciência permeia ainda uma discussão incipiente, na qual existem pensamentos que o denotam com uma leitura da realidade o compreendendo como Ciência e outros que o entende apenas como profissão tecnocrata). Santos ([1978] 2008, p. 18), em relação a esta discussão, aponta que a Geografia “esteve sempre muito mais preocupada com uma discussão narcísea em torno da geografia como disciplina ao invés de preocupar-se com a geografia como objeto. [...]. Desse modo, o esforço de conceitualização era feito, sobretudo, de fora do objeto da ciência e não de dentro”.

Destarte, é importante frisar que debates foram sendo realizados ao longo do tempo desde sua institucionalização por volta do século XIX, mas sem nenhuma preocupação maior em relação à qual seria o seu objeto de análise, ficando, por exemplo, ora nas discussões de território e espaço vital, ora da região e gênero de vida, que pode ser visto mediante as contribuições deixadas, respectivamente, por Friedrich Ratzel e Paul Vidal de La Blache. No que diz respeito aos dois primeiros conceitos, podemos compreendê-los como propõe Corrêa (2012, p. 18): “o primeiro vincula-se à apropriação de uma porção do espaço por um determinado grupo, enquanto o segundo expressa as necessidades territoriais de uma sociedade em função de seu desenvolvimento tecnológico, do total de população e de recursos naturais”. Já gênero de vida, é um dos paradigmas que foram essenciais para dar norte a geografia moderna que se constituía, com ênfase para a geografia humana. Assim, verifica-se que,

Segundo esse enfoque, seria por intermédio de uma série de técnicas confundidas com uma cultura local que o homem entra em relação com a natureza. O espaço como objeto de estudo seria o resultado de uma interação entre uma sociedade

localizada e um dado meio natural: um agrupamento sob medida para reforçar a ideia de região como unidade do estudo geográfico (SANTOS, [1978] 2008, p. 36).

Diante disto, um primeiro destaque vai para a Escola Alemã de Geografia, com o determinismo geográfico, primeiro paradigma que caracterizou fortemente a Geografia acadêmica da época, considerando o período entre a segunda metade do século XIX e o início do XX. Tal paradigma foi sustentado em discursos, os quais enfatizavam que as condições naturais eram responsáveis pela evolução do ser humano. As várias características físicas dos lugares, aquelas consideradas favoráveis, eram determinantes não somente para o desenvolvimento das ações humanas, mas também dos países: “cresceriam aqueles países ou povos que estivessem localizados em áreas climáticas mais propícias” (CORRÊA, 1995, p. 9).

A figura de Ratzel é bastante emblemática na construção do pensamento geográfico, sendo ele considerado vanguardista do determinismo. Conforme Moraes (2005), Ratzel vivenciou a constituição real do Estado Nacional alemão, a unidade dos reinos constituindo-se no território que forma hoje a Alemanha, e isto refletiu diretamente nas suas obras. Durante o período de unidade territorial alemã, a Geografia passou a se tornar instrumento poderoso de legitimação dos desígnios do Estado.

Neste contexto, Ratzel vai contribuir diretamente para a formulação de conceitos até hoje caros para a ciência geográfica, dentre os quais pode-se citar, além dos mencionados, o de Estado, onde as investigações sobre questões econômicas, políticas etc., passaram a contribuir para a sistematização de uma Geografia que estava sendo moldada com objetivo claro: a produção de espaços aptos a expansão do sistema capitalista. A ideia de espaço era concebida a partir da “própria razão de ser do Estado”, um espaço vital que devia ser preservado e ampliado, que através da política transformava-se em território (CORRÊA, 2012). Logo, não se pode deixar de lado suas contribuições no que concerne ao papel dos principais atores hegemônicos e do Estado em suas relações intrínsecas no/e com o espaço. Assim, Ratzel, apesar do determinismo da Geografia Tradicional, contribuiu para o debate em torno das questões políticas e econômicas, como é possível ver mediante duas obras que são de suma importância:

1. Antropogeografia, de 1882, obra capital de Ratzel, representando papel fundamental na sistematização moderna da Geografia. É nesta obra onde tem-se a primeira proposta explícita de um estudo geográfico dedicado diretamente aos problemas humanos e suas discussões (MORAES, 1990);
2. Geografia Política, de 1897. Nesta obra, Ratzel apresenta o discurso de território fixado no referencial político do Estado. Ele surge na tradicional Geografia Política como espaço concreto em si, sendo, portanto, apropriado e, conseqüentemente, ocupado por um grupo social. Assim, não sendo possível compreender um determinado grupo sem pensar o seu território. Logo, ao ocupar tal território tem-se a geração de raízes e identidade (SOUZA, 2012).

Um segundo destaque é dado a Escola Francesa e ao possibilismo, que surge em oposição ao que era difundido pela Geografia Alemã. Foi essencial na contribuição para a discussão de região. Por sua vez, tal recorte teve importância no processo de edificação da ciência geográfica, concebida como “entidade espacial algo mistificada pela Geografia Regional lablachiana no interior de um discurso ideológico que via o ‘território nacional’ como um mosaico orgânico e harmônico de ‘regiões’ singulares” (SOUZA, 2012, p. 84).

Foi neste embate que La Blache passou a dar uma nova “cara” a Geografia moderna que se edificava, deslocando o debate para a França. Surgiam categorias caras à Geografia, ultrapassando o limite da descrição das realidades e contribuindo de maneira essencial para construir o seu discurso teórico (GOMES, 1996), destacando o regional – base para a constituição da chamada Geografia Regional. Era uma Geografia voltada aos estudos de áreas pequenas e relativamente homogêneas. Um estudo da individualidade dos lugares, compreendendo o caráter singular de cada porção do planeta, e pela primeira vez propõem-se uma perspectiva mais generalizadora e explicativa (MORAES, 2005). Uma forma de dizer que se tinha uma descrição científica, uma arte no pensamento geográfico de La Blache (GOMES, 1996) – uma Geografia baseada no método que ia da observação e comparação à conclusão.

A referida Geografia pretendia estudar os chamados “gêneros de vida”. Cada região tinha uma dinâmica particular, tomando por base os elementos que a compunha: “ao conjunto de técnicas e hábitos, construído e perpetuado de geração a geração, La Blache denominou gênero de vida, que se resumia na relação entre homem e meio, construída historicamente e de forma diferenciada por conta da variedade de meios” (MORMUL; ROCHA, 2013, p. 74).

Essas são duas correntes que contribuíram significativamente para a história do pensamento geográfico. Em relação a disputa entre deterministas e possibilistas, cabe tomar nota a respeito do apresentado por Santos ([1978] 2008, p. 43-44):

É a famosa polêmica entre “deterministas” e “possibilistas”, estes se dizendo alunos de Vidal de La Blache, arrogando-se o privilégio de incluir a ação do homem como um fator a considerar e admitindo que os “deterministas” (denominação que os “possibilistas” atribuíram a Ratzel e seus discípulos) davam prioridade aos fatores naturais cuja causalidade é considerada como irrecusável. Isto significa esquecer que não existem apenas determinações naturais, mas também determinações sociais, que atingem homem e natureza igualmente. [...].

As Escolas apresentadas são duas das tradicionais que deram base para a constituição da Geografia atual. Para além delas, não se deve deixar de mencionar o geógrafo norte-americano Richard Hartshorne e sua Geografia Racionalista, uma terceira via da Geografia Tradicional. Para Moraes (2005) esta via privilegiou o raciocínio dedutivo, com uma menor carga empirista e antecipando um dos momentos da renovação geográfica nos anos sessenta, com a chamada *New Geography* pelos idos de 1950 e 1960. Esta, segundo Santos ([1978] 2008), caracteriza-se por ser não apenas diferente, mas também em oposição e até mesmo em contradição com a geografia “tradicional”. A *New Geography* se manifestava pela quantificação, utilizando-se também como instrumentos os modelos, a teoria dos sistemas, a tese da difusão de inovações, as noções de percepção e de comportamento e as múltiplas formas de valorização do empírico e do ideológico (SANTOS, [1978] 2008).

Outro momento relevante, antes das reflexões a respeito da Geografia Crítica e a discussão do pensamento geográfico atual, com ênfase na categoria de território como recorte espacial e seus usos, diz respeito a Geografia Pragmática. Da gênese a falência dessa Geografia, houve várias tentativas de contemporaneizar as discussões, mas sem sucesso, mantendo-se atrelada aos discursos da burguesia e seus conteúdos de classes. O que se verificava era muito mais uma metamorfose em sua aparência do que propriamente nas questões sociais e enfrentamento dos problemas da realidade causados pelo avanço desenfreado do capitalismo e do processo de globalização que começa a ser desenhado.

É a partir da década de 1960 que os geógrafos, em especial os de alinhamento político de esquerda, passam a ser influenciados mais fortemente pelas ideias marxistas, saindo da herança de La Blache, que ainda dominava as discussões no país, para proporcionar novos debates e dar mais relevância científica a Geografia Nova que começa a ser edificada. Verificava-se uma preocupação não apenas com questões políticas, militares e econômicas de uma Geografia Tradicional. Abria-se espaço a novos debates, indo do enfrentamento e denúncia das desigualdades às diversas mazelas sociais. Apesar da influência marxista na Geografia, ela não se desvencilhou do tradicional nesse momento, como o Serviço Social buscou fazer. Este, que teve sua gênese nos moldes católicos nos anos de 1930, perpassa por um processo de reconceituação nos anos 1960 – explanado mais à frente – buscando romper com o tradicionalismo através de um viés marxista, o qual José Paulo Netto (2008) denominou de “intenção de ruptura”.

Dialogando com Lacoste (1993, p. 143-144), é possível ver as dificuldades da Geografia em relação ao marxismo nas suas investigações:

A geografia é o setor em que a análise marxista tem a maior dificuldade de se desenvolver. Evidentemente, isso é diferente para especialistas de outras disciplinas que encontram, nas obras dos grandes teóricos do marxismo, matéria para

numerosas citações, para amplos comentários, para múltiplas reflexões polêmicas e exegeses, enquanto os geógrafos marxistas não têm muitas citações ilustres nas quais eles possam se inspirar.

No entanto, esta realidade começa a se transformar a partir das últimas décadas do século XX. Têm-se novos discursos com a Geografia Nova, passando a desvendar os problemas espaciais que historicamente foram camuflados. Inicia-se um movimento de fato renovador, tendo como objetivo ultrapassar os erros acumulados ao longo de todo processo de institucionalização da Geografia científica desde o final do século XIX. Então, o espaço geográfico ganha terreno como conceito-chave, servindo de bússola não apenas na construção da teoria, mas também para a empiria, dando-a autonomia, mas não independência, pois “o universo particular que cada ciência cria como seu sistema próprio de pensar uma parte, um aspecto da coisa, tem que estar subordinado ao universo geral dado pela realidade total” (SANTOS, [1978] 2008, p. 19).

Diante do exposto, cabe aqui tecer algumas considerações acerca da Geografia Crítica. Esta, emerge na transição do século passado para o presente, tendo relevância nos debates relacionados a temáticas não apenas significativas à Geografia, mas que ultrapassam suas barreiras e, de forma interdisciplinar, contribuem para a produção de conhecimentos científicos. É importante aqui fazermos uma breve diferença entre inter e multidisciplinaridade para podermos justificar o uso da palavra interdisciplinaridade no nosso artigo. Segundo Santos ([1978] 2008, p. 133),

Quando se fala em multidisciplinaridade se está dizendo que o estudo de um fenômeno supõe uma colaboração multilateral de diversas disciplinas, mas isso não é por si mesmo uma garantia de integração entre elas, o que somente seria atingível através da interdisciplinaridade, isto é, por meio de uma imbricação entre disciplinas diversas ao redor de um mesmo objetivo de estudo.

Neste caminhar, pensando a Geografia e o Serviço Social a partir dessa perspectiva, onde as disciplinas se entrecruzam em torno de um objetivo comum, podem ser citados temas como globalização, migração, questões ambientais, desigualdades sociais e, de forma particular, conceitos como espaço geográfico, região, lugar, cotidiano e, no caso aqui discutido, o território e seus usos pelos diversos atores hegemônicos e não hegemônicos ou hegemonzados, conforme proposições de Santos (2008). Assim, surge uma Geografia que tem ‘decidido’ romper com as classificações anteriores, mediante debates travados por geógrafos(as) a respeito do espaço geográfico e suas categorias, bem como sobre a existência ou não da presença do espaço nas obras de Marx, daí o embate entre geógrafos marxistas e não marxistas. Então, buscando entender o conceito de espaço geográfico para compreender o mundo do presente, além daquela definição apresentada anteriormente, Corrêa (2012, p. 25) nos mostra que:

O espaço também não é um instrumento político, um campo de ações de um indivíduo ou grupo, ligado ao processo de reprodução da força de trabalho através do consumo. Segundo Lefebvre, o espaço é mais do que isto. Engloba esta concepção e a ultrapassa. O espaço é o *locus* da reprodução das relações sociais de produção.

É importante lembrar que Milton Santos, um dos precursores da Geografia Crítica, traz uma definição de espaço geográfico única, construída pensando a totalidade dos processos. Um conjunto de sistemas que se dá na realidade, formas não apenas do que é construído no presente, mas de todo o herdado, adicionando-se as relações que são manifestadas nos processos e funções. Isto mostra que as definições podem sofrer mudanças ao longo da história. Saquet e Silva (2008, p. 30) apontam que “isso significa que os conceitos têm diferentes significados, historicamente definidos, como ocorreu com o espaço e com o território”.

Para nossa discussão, tomamos o espaço como um fator social, como uma instância social, (SANTOS, [1978] 2008). Aí vemos o movimento total da sociedade, onde as relações diversas entre os atores são dadas mediante funções e formas ao longo da história. Ou seja, o passado e o presente convivendo dialeticamente e, conseqüentemente, abrindo espaço para construção do que poderá ser o futuro, pensando nas intencionalidades dos atores hegemônicos do sistema capitalista vigente. Neste viés comungamos mais uma vez dos ensinamentos de Saquet e Silva (2008, p. 31, grifo dos autores), para quem,

O espaço, além de instância social que tende a reproduzir-se, tem uma estrutura que corresponde à organização feita pelo homem. É também uma instância subordinada à lei da totalidade, que dispõe de certa autonomia, manifestando-se por meio de leis próprias. [...]. O espaço social corresponde ao espaço humano, lugar de vida e trabalho: morada do homem, sem definições fixas. O espaço geográfico é organizado pelo homem vivendo em sociedade e, cada sociedade, historicamente, produz seu espaço como *lugar* de sua própria reprodução.

Fica evidente que, historicamente, a Geografia foi evoluindo conforme as interpretações dos fenômenos espaciais e as constantes buscas pelas soluções dos problemas presentes na sociedade. O Serviço Social, de igual modo, aprofundou suas análises sobre a sociedade, sobre as relações que a permeia e as construções que se dão no interior do atual sistema capitalista ao qual é constituída.

DIÁLOGOS ENTRE GEOGRAFIA E SERVIÇO SOCIAL: A QUESTÃO DA INTERDISCIPLINARIDADE

Percorrendo pelo que foi exposto, sem entrar numa discussão aprofundada acerca do isolamento ao qual a Geografia ficou durante seu processo de edificação como ciência moderna, parece-nos relevante pensar o mundo do presente através de um viés geográfico e social. Para tanto, se apoderar da categoria território, mediante seus usos, nos leva a dialogar com outras disciplinas, saindo da ‘caixinha’ a qual ficou durante muito tempo, quando buscava evoluir e encontrar um método geográfico. Para Ackerman (1953) *apud* Santos ([1978] 2008, p. 127): “Nossa busca de uma identidade profissional nos levou a uma espécie de interdependência intelectual e às vezes mesmo a um grau de isolamento contra o qual uma parte da nascente nova geração de geógrafos está agora reagindo”.

Querendo sair de uma competição que foi imposta pelas diversas escolas, bem como ultrapassar as fronteiras do isolamento, mas respeitando o objeto de investigação de cada uma das ciências/áreas de estudos aqui analisadas, a categoria de Território pode contribuir para (re)pensar as inúmeras questões do mundo presente. É preciso atentar-se para as imposições do atual sistema capitalista, sobretudo, para determinada parcela da população que continua à margem, resultado escabroso do evoluir desigual e combinado do sistema vigente, sustentando seus discursos na chamada globalização, que “como ideologia que se vende e se impõe aos povos oprimidos é basicamente o projeto econômico-político americano de liderar o ultra-imperialismo futuro” (MAMIGONIAN, 2004, p. 146).

Essa busca em conversar com outras disciplinas nos parece bastante pertinente, pois, entramos nos trilhos da interdisciplinaridade que durante muito tempo ficou ausente, ou pouco considerada, não apenas na formação do(a) profissional de Geografia e do Serviço Social, como também na multiplicidade de fenômenos com os quais tais profissionais trabalham cotidianamente. Milton Santos ([1978] 2008, p. 129) chama atenção para o fato de esta discussão ser algo que já era apontado por Carl Ritter ainda no século XIX: “ele pensava na interdisciplinaridade como uma exigência das aspirações universais de sua época, fruto da amplitude maior do conhecimento científico, alcançada com a primeira revolução tecnocientífica”.

Desse modo, pensar a interdisciplinaridade como norte de trabalho e discussão, permite que os envolvidos sejam beneficiados pelo enriquecimento que é proporcionado, haja vista,

encontrarmos respostas às nossas indagações e questionamentos a respeito de fenômenos fora das nossas áreas de conhecimento. Deste modo, pode-se pensar que:

Se ficarmos confinados à sociologia para explicar o que se chama o fato social; à economia, para compreender os fenômenos econômicos; à geografia para interpretar as realidades geográficas; [*e o Serviço Social para compreender as mazelas sociais*], acabamos na impossibilidade de chegar a uma explicação válida. Não há por que temer a invasão do campo do outro especialista (SANTOS, [1978] 2008, p. 130, grifo nosso).

Verifica-se que ultrapassar as fronteiras das nossas ciências/áreas é algo que pode e deve ser feito, tendo por base um aparato teórico-conceitual rico e condizente ao que se pretende com a interdisciplinaridade. Assim, busca-se pontos de convergências para analisar, interpretar e propor caminhos na busca de solucionar ou minimizar problemas e mazelas presentes em nossa sociedade. De um lado, temos “uma geografia como representação do mundo, mas que não se fala disso, principalmente nos grandes veículos de comunicação e informações” (LACOSTE, 1993, p. 139), pois, não se busca a eliminação das mistificações em torno desta ciência, nem denunciar as alienações e contradições do mundo contemporâneo; de outro lado, o Serviço Social, que passa a ser uma área do conhecimento que visa compreender as relações sociais e as contradições postas entre capital/trabalho, com suas consequências nefastas no âmbito da sociabilidade e não apenas, tendo em vista que está inserido nas Ciências Sociais Aplicadas, sendo parte, na atualidade, de possíveis mudanças societais.

Há uma exigência cada vez maior para uma interdisciplinaridade concreta diante dos progressos tecnológicos, científicos e econômicos, com necessidade de novas explicações frente às metamorfoses aligeiradas que pairam sobre nossa sociedade, principalmente, do terceiro quarto do século passado a estes primeiros do XXI. Isto caminha para uma progressão de cada ciência em particular e das demais de forma geral, mediante uma ajuda mútua.

É sabido que existe uma gama de ciências que são afins tanto da Geografia quanto do Serviço Social. Mas será que ambas são afins uma da outra? Como é possível buscar a interdisciplinaridade entre elas? Quais domínios do saber podem ser utilizados como objeto de estudo pelas duas? É através de tais indagações que pensamos a análise da categoria Território, visto que a partir dele podemos pesquisar diversos fenômenos para compreensão do mundo do presente, como migrações, fronteiras, guerras, religiões, economia, cultura, política etc., desde as vertentes propostas por Haesbaert (2004): jurídico-político, culturalista, econômica e naturalista; passando pelo território como poder (RAFFESTIN, 1993); até os usos do território (SANTOS, 1998), considerando-o como sinônimo de espaço banal. Então:

Uma interdisciplinaridade que não leva em conta a multiplicidade de aspectos com os quais se apresenta aos nossos olhos uma mesma realidade, poderia conduzir à construção teórica de uma totalidade cega e confusa, a de permitir uma definição correta de suas partes, e isso agravaria, ainda mais, o problema de sua própria definição como realidade total (SANTOS, [1978] 2008, p. 141).

No item a seguir trazemos a categoria Território ao debate, ao tempo que buscamos compreendê-lo como central na construção de saberes sociais, de políticas públicas, de organização e identidade de comunidades.

O TERRITÓRIO (E SEUS USOS) COMO CATEGORIA DE ANÁLISE

Trilhando pelo exposto, adentramos numa discussão a respeito da conceituação de Território, categoria cara não somente para a Geografia, mas, que para esta, tem grande significado desde sua formação como ciência moderna. Existem diversas conceituações sobre a referida categoria, e que outras ciências/áreas se apropriam da mesma para trabalharem e pesquisarem temas de suas

incumbências, a exemplo do Serviço Social, com o qual relacionamos a importância da interdisciplinaridade mediante esta categoria.

Tomando por base a conceituação de Santos (1998, p. 15), definindo o território a partir de seus usos pelos diversos atores sociais envolvidos, hegemônicos e não-hegemônicos, podemos compreender que “é o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto de análise social”. Com isto, podemos compreendê-lo como sinônimo de espaço banal, o que acaba por possibilitar seu entendimento mediante as relações existentes no presente. A ideia de espaço banal, de François Perroux, é apontada por Santos ([1996] 2008, p. 283) como sendo o “espaço de todas as pessoas, de todas as empresas e de todas as instituições, capaz de ser descrito como um sistema de objetos animado por um sistema de ações”.

O território é entendido além de uma delimitação territorial posta por relações de poder, a exemplo das fronteiras dos Estados-Nação, pois existem formas diversas de analisar seus mais variados usos, não sendo possível ‘congelar’ o mesmo para fazer uma discussão do que vem a ser território para a ciência geográfica. É através do uso do território que o espaço geográfico é produzido por diversos atores e suas relações sociais, o que deixa evidente a complexidade da análise. A conceituação por nós apropriada não se reduz a delimitação apontada, pois existem vários atores que, de modos e interesses diferentes, fazem usos dos territórios ao longo da história, e suas ações passam a se dar de maneira cada vez mais complexa.

Podemos fazer uma análise das relações que são postas entre os atores hegemônicos, a exemplo dos mercados financeiros e os grandes conglomerados, e os Estados nacionais. Como aponta Firmino (2023, p. 77), pode-se dizer que “o território passa a ser apoderado por agentes, muitas vezes externos, que estão interessados em usufruir economicamente do território nacional, impondo regras, normas e leis que, em grande medida, vão na contramão dos atores não-hegemônicos”. Estes últimos podem ser compreendidos como a massa da população que vive e sobrevive com os poucos recursos que lhes cabem, diante da não partilha das riquezas produzidas pela própria massa trabalhadora, resultado da exploração capitalista, que gera um “desenvolvimento desigual e combinado”, nos termos de Trotsky (2010), essencial para manutenção e perpetuação do sistema. Verifica-se que os territórios passam a ser apropriados por atores cada vez mais poderosos, junto com o aval do Estado.

Neste caminhar, é preciso entender a categoria Território não como aquela “noção herdada da Modernidade incompleta e do seu legado de conceitos puros, tantas vezes atravessando os séculos praticamente intocados” (SANTOS, 1998, p. 15), mas sim, pelos usos que se dão de forma diversificada: através de infraestruturas, da dinâmica da sociedade e das relações econômicas, que se dão de acordo com os atores envolvidos, os seus interesses e os novos arranjos e conjuntos de técnicas que se tornam os pilares da sociedade atual. Desta forma é possível uma compreensão renovada do território e suas potencialidades mediadoras, conforme é apresentado no Quadro 1.

Quadro 1. Sinais de uma visão renovada da categoria território e suas potencialidades

1º	Apreender o território como condição material do Estado moderno, com sua soberania na definição e na defesa de determinada forma de sociedade, juntamente com a compreensão do território expressa na vida de relações mais próxima da Nação do que do Estado;
2º	Reconhecer territorialidades, multiplicidades de formas de apropriação do território, que tensamente coexistem num determinado tempo e lugar, sendo impossível refletir a realidade de um lugar sem considerar as lutas de apropriação de recursos territorializados;
3º	Rico universo de relações que tem origem nos confrontos entre códigos de conduta e, em tempos amplos, entre a concepção dominante da ordem social e os numerosos outros ordenamentos das práticas sociais que se opõem a esta concepção;
4º	A densidade de vida social, apreendida através de lutas de apropriação, conduz à reflexão do território pautada na compreensão através da mediação como linguagem e, portanto, como cultura. As territorialidades dialogam com a configuração histórica da experiência social, em suas múltiplas formas de realização, envolvendo a problemática das classes, dos estratos e dos grupos sociais;

5º	A articulação contínua e tensa entre materialidade e imaterialidade, entre objetividade e subjetividade, obriga, no estudo do território, à superação do Uno que sustenta a concepção predominante do humanismo – o Homem como meta evolucionista. A pluralidade e a diversidade entram em cena. Encontram-se em jogo os sentidos do moderno no próprio âmago do espaço banal;
6º	A indissolubilidade espaço-tempo exige que a compreensão do território (territorialidades) envolva o cotidiano, esta temporalidade formada por continuidade alienada e permanentes micro rupturas e desvios práticos. É nesta temporalidade que se afirma o “homem lento”, conquistador de oportunidades de sobrevivência e real sujeito das resistências;
7º	A técnica, a tecnicidade, tem origem na experiência da escassez. Se o espaço é sistema de objetos e de ações, o território é a dimensão materializada do espaço e, portanto, onde a dialética materialidade-imaterialidade, sempre presente na ação, adquire maior concretude. É no território que o dinamismo das contradições sociedade-natureza encontra, afinal, o seu ponto mais imediato de manifestação e/ou circunstancial repouso.

Fonte: Ribeiro (2005). Organização e elaboração: Firmino, P. C. S. Data: 22 de abril de 2021.

Assim, o entendimento de território se apresenta de forma diversificada, ultrapassando a ideia apenas de base e fundamento do Estado-Nação. É, portanto, uma mediação entre o que está se dando no presente e os acontecimentos de outrora, ao tempo em que é necessário refletir sobre o que vem pela frente, envolvendo atores do tempo rápido e lento, que buscam meios de sobrevivência no caos em que estão inseridos (SANTOS; SILVEIRA, 2006).

O SERVIÇO SOCIAL E A IDEIA DE TERRITÓRIO NAS POLÍTICAS SOCIAIS

Para pensar um caminho inverso, isto é, a interdisciplinaridade com a Geografia e suas relações com o mundo presente, a partir da ideia de território, necessitamos, preliminarmente, compreender o Serviço Social como profissão que nasce a partir de uma relação com a Igreja Católica. Esta, por sua vez, formula seus primeiros objetivos político-sociais orientados por um cunho conservador humanista, contrários aos ideais liberais, em busca de manter o pensamento hegemônico social da Igreja diante da “questão social” através dos postulados de Tomás de Aquino (1225-1274), como a noção da dignidade da pessoa humana, com sua perfectibilidade e potencialidades, a natural sociabilidade e a justiça social (YAZBEK, 2009). Vale mencionar dois documentos que merecem destaque ao que se refere à Doutrina Social da Igreja, como as encíclicas “*Rerum Novarum*”, do Papa Leão XIII, de 1891 e a “*Quadragésimo Anno*”, de Pio XI, de 1931. A primeira inicia o magistério social da Igreja visando restaurar seu papel social diante da sociedade moderna e a segunda, por sua vez, que comemora quatro décadas da *Rerum Novarum*, tratando da “questão social”, apelando para a renovação moral da sociedade, na busca que esta adira à Ação Social da Igreja. Importa ainda dizer que tal matriz se encontra na gênese da profissão em toda a América Latina, reconhecendo, contudo, suas particularidades.

Entretanto, antes de abordarmos suas atividades no âmbito social, com suas contradições e percalços, recordemos, ainda que rapidamente, sua gênese. Há algumas interpretações sobre seu princípio, porém elas se convergem em duas teses antagônicas entre si, uma com perspectiva endogenista e outra histórico-crítica (MONTAÑO, 2007). A primeira corrente compreende que a profissão surgiu da evolução, profissionalização e organização das antigas práticas de ajuda e caridade, portanto, acredita que houve uma sistematização da filantropia. Essa compreensão não leva em conta o contexto social, político, cultural e econômico, nem a luta de classes como fator sócio-histórico da profissão. É nesse entendimento, isto é, como atividades de apostolado social/laicato cristão, que as ações visavam reduzir o sofrimento da população pobre, a partir, no entanto, de um aparato psicologizante, individualista e moralizador; a segunda corrente, contudo, compreende a gênese da profissão como resultado de projetos político-econômicos a partir dos quais o Estado toma para si as respostas à “questão social”, no contexto monopolista da sociedade do capital. Nessa compreensão o(a) assistente social possui já uma determinação e um caráter políticos, mediado por sua ocupação na divisão social e técnica do trabalho.

O Serviço Social institucionaliza-se no Brasil nos anos de 1930, em meio a agudizações intensas da “questão social”, esta considerada o principal objeto de atuação profissional, entendida por Yamamoto e Carvalho (2008) como expressões da formação e desenvolvimento da classe trabalhadora, assim como sua entrada e reconhecimento no cenário político social, exigindo o reconhecimento como classe tanto do Estado quanto do empresariado. Desse modo, a profissão manifesta-se no cotidiano a partir da contradição entre burguesia e proletariado, exigindo novas formas de intervir.

Ao referirmos à sua qualificação técnica e modernização, o Serviço Social tem seu primeiro suporte teórico-metodológico a partir dos anos 1940, baseado na matriz positivista, com uma concepção imediatista e manipuladora do ser social. Desse modo, particularmente com sua orientação funcionalista, configurou-se com um perfil de ajustamento dos indivíduos na sociedade, imperando até a década de 1960. Nesse período, já partindo para o Governo Juscelino Kubitschek, com seu lema “cinquenta anos em cinco”, objetivando o progresso, o Serviço Social brasileiro se depara com as ideias “desenvolvimentistas”, no intuito de tirar o país do atraso. Importa dizer que até meados da década de 1960 a profissão não apresentava grandes polêmicas, mesmo que já apontasse seus conflitos e tensões.

Contudo, se desenvolvia uma contradição entre as demandas do desenvolvimento embasado na industrialização pesada à época e a representação contida através das classes e camadas sociais na dinâmica de poder político (NETTO, 2008). Nesse emaranhado de relações era formado o contexto social, político e econômico que possibilitou o golpe militar de 1964.

Nesse momento, faz-se imprescindível, em nossa discussão, apontar a importância desse contexto para uma ‘virada de chave’ da concepção do Serviço Social, o que conecta, de diversos modos com os aspectos geográficos e políticos, já que se inserem numa compreensão geopolítica de/sobre as dinâmicas da sociedade a partir da categoria profissional de assistentes sociais. No discurso e na ação governamentais, com especificidade em relação ao Serviço Social, Netto (Idem) observa que havia uma prática “tradicional”, que se caracterizava por ser empirista, paliativa e burocratizada dos profissionais que consistia na busca pela correção da moralidade, com resultados psicossociais de aspectos negativos ou indesejáveis diante da sociedade capitalista.

O Serviço Social, como categoria profissional organizada, o qual mobilizado diante das inquietações do contexto histórico direciona os questionamentos sobre esta forma de atuação profissional por meio de um processo de revisão global abrangendo dimensões da ética, da teoria, da metodologia e de sua operação política, o que se convencionou chamar de Movimento de Reconceituação. Nas palavras de Trindade (2017, p. 14), é nesse movimento,

[...] marcado por documentos elaborados em encontros da categoria – Porto Alegre (1965), Araxá (1967), Teresópolis (1970) e Sumaré (1978) –, que a interlocução com o marxismo surge no Serviço Social latino-americano. Nesse sentido, houve uma primeira aproximação com a tradição marxista, cujo caráter sincrético e multifacetado suscitou intenso e longo debate teórico-metodológico entre os assistentes sociais.

Esse processo de renovação impõe aos(as) assistentes sociais a necessidade de constituir um projeto diferenciado, comprometendo-se com demandas de classes subalternas (YAZBEK, 2009). Busca-se romper com o conservadorismo que permeou a profissão desde a sua gênese, trazendo uma perspectiva crítica tanto no pensar, quanto na constituição de suas atividades na sociedade. Desse modo, até o final da década de 1970 a orientação profissional segue o pensamento de autores latino-americanos, desde a produção do conhecimento até a formação e exercício profissionais. Tal orientação vai sofrendo modificações à medida que se desenvolve o debate no interior da profissão, resultando em desdobramentos e vertentes na construção do entendimento sobre seus próprios exercícios.

É nessa construção do conhecimento sobre si mesmo, que a profissão permeia momentos de redescoberta e reposicionamento diante do mundo. Netto (2008), refletindo sobre o Movimento de Reconceitualização, aponta inicialmente uma vertente modernizadora, que se caracterizava a partir de abordagens funcionalistas e estruturalistas, que se voltava a modernizar-se, ‘melhorando’ o sistema numa perspectiva conservadora de desenvolvimento social e enfrentamento da pobreza a partir da integração. Mais adiante, o autor compreende que houve na construção da profissão uma vertente inspirada na fenomenologia, através da mediação dialógica dirigindo-se ao vivido humano, às vivências, como um auxílio dos sujeitos em relação aos outros, o que veio a se compreender como uma reatualização do conservadorismo. Por fim, a vertente marxista, remetendo à profissão uma consciência de sua inserção numa sociedade de classes, mesmo que de início Marx ainda não se fizesse presente nas discussões, mas sim pensadores marxistas, como Althusser.

Foi em 1979, no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, também conhecido como Congresso da Virada, ocorrido em São Paulo, onde os participantes, ainda em processo de queda da ditadura, deliberaram sobre uma postura crítica e de contestação sobre a profissão, resultando na concepção de um compromisso coletivo da categoria com a classe trabalhadora e no (auto)reconhecimento dos(as) assistentes sociais como trabalhadores(as) em condição de assalariamento. Foi nesse momento que se marcou a erupção do projeto de ruptura com o conservadorismo, sendo também um marco na construção do Projeto Ético-Político profissional do Serviço Social brasileiro. Esse momento Netto (2008) considera como a vertente de intenção de ruptura, o qual se espalha até os nossos dias como luta constante em romper com o conservadorismo que acompanha a profissão. A partir desse momento, inserem-se ao debate da categoria profissional, estudos marxianos e marxistas sobre o Estado, sociedade civil, ideologias, contradições sociais, valores, hegemonias, “questão social” e a cultura das classes subalternas, temáticas que dialogam com o que propõe a Geografia Crítica.

É nesse contexto que o Serviço Social vai se colocando como profissão, essencialmente após a promulgação da Constituição Federal de 1988, iniciando um processo de ultrapassagem de meros executores das políticas sociais para assumir o planejamento e gestão destas políticas, fazendo parte do tripé da Seguridade Social, juntamente com as políticas de Saúde e de Previdência Social. Na década de 1990 tem-se marcos importantes com relação aos dispositivos legais do Serviço Social porque se configuram a Lei de Regulamentação da profissão (Lei 8662) e o Código de Ética profissional, ambos de 1993, e a construção das novas Diretrizes Curriculares do Serviço Social, de 1996, compondo o Projeto Ético-Político crítico do Serviço Social. O debate que insere a discussão de Território no âmbito das políticas sociais se impõe como necessário a partir da definição detalhada das novas lógicas de provisão, gestão e organização no campo das ações continuadas de assistência social através da Norma Operacional Básica (NOB-SUAS/2005), a qual reconhece o território como base de organização do sistema, obedecendo à lógica de proximidade do cidadão diante dos serviços localizando-os em espaços de incidência de vulnerabilidade e riscos para a população (BRASIL, 2005).

Feito esse caminhar acerca da profissão do Serviço Social muito sinteticamente, buscamos aprofundar as pontes necessárias de compreensão ao que nos propomos desde o início, isto é, trazer a relação de interdisciplinaridade entre o Serviço Social e a Geografia, mais particularmente, a Geografia Humana, que nos dizeres de Sorre (2003, p. 137, grifos do autor), podemos compreendê-la como “a parte da Geografia Geral que trata dos homens e suas obras desde o ponto de vista de sua distribuição na superfície terrestre. É a *descrição do ecúmeno*”.

Este é o campo da ciência geográfica o qual nos dá possibilidade de trabalhar sociedade e natureza de forma indissociáveis, agregando todos os ramos da Geografia, ao passo que possibilita um diálogo com um conjunto de ciências, como nos alerta Sorre (2003, p. 138, grifo nosso):

Antropologia Somática e Fisiológica, Patologia, Psicologia Coletiva, Etnologia, Sociologia em todos os seus aspectos, inclusive o econômico [*E destacamos aqui também o Serviço Social*]. Estas ciências aclaram-lhe as condições de atividade dos

grupos que integram o tecido do ecúmeno. Por sua parte, a Geografia fornece-lhes os elementos de localização e de síntese, a visão de mundo que acresce seu alcance e as fecunda. Tal é o caráter complexo da Geografia Humana, terra marginal dentro do campo do conhecimento.

Importa mencionar que a produção teórica do Serviço Social brasileiro vem gerando uma bibliografia que lhe é própria, tornando-se área de pesquisa, iniciando já na década de 1970 com a criação e expansão da pós-graduação, com cursos de mestrado e doutorado. Yazbek (2009) aponta que a pós-graduação é um espaço privilegiado entre áreas do saber e entre a diversidade de paradigmas sociais, nas quais o Serviço Social brasileiro dialoga e se apropria do debate intelectual das Ciências Sociais seja no país ou fora dele.

Também neste espaço, o Serviço Social brasileiro desenvolveu-se na pesquisa acerca da natureza de sua intervenção, de seus procedimentos, de sua formação, de sua história e, sobretudo acerca da realidade social, política, econômica e cultural onde se insere como profissão na divisão social e técnica do trabalho. [...] Obteve o respeito de seus pares no âmbito interdisciplinar e alcançou visibilidade na interlocução com as ciências sociais, [...] e do fato de defrontar com restrições por se constituir em disciplina interventiva (de "aplicação") e das dificuldades na apropriação das teorias sociais. Nesta década o Serviço Social ganha espaço no CNPq como área de pesquisa (YAZBEK, 2009, p. 12).

Nesse contexto, buscando distanciar-se de uma prática e de um pensamento conservadores, o Serviço Social amplia seus horizontes de pesquisa e análise de conjunturas, visando compreender o chão social brasileiro nos pós anos de chumbo, ao mesmo tempo em que se propõe criticamente a atuar com vistas a garantir direitos da classe trabalhadora. Atente-se ao período de meados da década de 1990, a qual há uma ascensão do neoliberalismo, onde são apontadas alternativas de privatizações e refilantropização nas questões relativas à pobreza e exclusão social. Nesse momento, levantam-se novas expressões da “questão social”, como também o aprofundamento de traços antigos, relativos ao desemprego, ao trabalho precário, às questões fundiárias, violências etc. É nessa realidade que se aponta a fundamental importância de pensar a Geografia como área de atenção para o Serviço Social porque dela flui um rio de complexidades no qual a profissão bebe para se nutrir e gerar entendimentos sobre o real.

A ideia de Território, por exemplo, discutida no Serviço Social, com modos e apreensões diversos para a produção de pesquisas e possibilidades de construção e efetivação de políticas sociais advém inicialmente da Geografia e de como esta pensa suas configurações e constituições em conjunto com as ideias de lugar, paisagem e região diante das relações políticas, econômicas e culturais. Contudo, vale mencionar, que se trata de um conceito interdisciplinar, não privativo, à mesma. Assim, o entendimento de território se coloca como possibilidade interpretativa a partir da definição do seu uso, levando em consideração costumes, cultura, valores e política (SANTOS; SILVEIRA, 2006). Temos em David Harvey e em Milton Santos – para citarmos apenas um par de geógrafos fundamentais na perspectiva crítica – pensadores de grande importância para refletirmos a realidade das relações de trabalho, da precarização, das contradições na formação e efetivação das relações de território etc. Ou seja, como área de pesquisa, a Geografia é caminho de nutrição para o Serviço Social e grande possibilitadora de ricos aprofundamentos que contribuem para a construção e efetivação de políticas sociais.

Ao pensar o Território no âmbito das possibilidades para as políticas sociais, buscando o seu desenvolvimento através das ações socioassistenciais, “defrontamo-nos com o território vivo, vivendo” (SANTOS; SILVEIRA, 2006, p. 247). É nessa compreensão que as atividades do Serviço Social, como política pública social, inserida na sociedade a partir das relações sociais se mobilizam, colocando-se diante das contradições postas pelo capital. O Serviço Social entende o território como algo dinâmico, constituído pelo movimento da sociedade com seus impasses, como também com seus paradigmas que possibilitam o desenvolvimento. É nesse sentido que as

ações públicas da assistência social devem ser planejadas territorialmente, tendo em vista a superação da fragmentação, o alcance de universalidade no que diz respeito à cobertura, o planejamento e monitoramento dos serviços e a realização de vigilância social das exclusões e estigmas presentes nos territórios de maior incidência de vulnerabilidade (BRASIL, 2008). Vale mencionar que, no campo da proteção social, de acordo com Nascimento e Melazzo (2013, p. 72), “o foco orientado pela abordagem da vulnerabilidade e dos riscos está nas estratégias utilizadas pelas famílias que fazem com que algumas escapem da pobreza e outras se perpetuem nela”, e complementam, ao dizer que “isso remete à contribuição possível e necessária das políticas públicas para o fortalecimento das capacidades de indivíduos, famílias e regiões para o enfrentamento e a superação da condição de vulnerabilidade [o que só se faz possível através da compreensão de territórios]”.

Desse modo, refletir sobre Territórios, no plural, com conceitos variados e ampliados, compreende a possibilidade de reconhecimento de um povo, de uma comunidade, constituindo a viabilidade da construção de políticas que possam favorecer a estes, isto é, compreender o território usado possibilita a implementação de políticas sociais eficientes, que cumpram objetivos sociais. De acordo com Nascimento e Melazzo (2013, p. 79), território se coloca para as políticas sociais como “a extensão apropriada e usada, vista como unidade e diversidade; é uma terminologia política para os vários espaços sociais de um país [...]”. O Serviço Social compreende, à medida que aprofunda sua intervenção nas comunidades, o que Santos ([1996] 2008, p. 14), com propriedade, aponta sobre o significado de território. Em suas palavras, “território é chão mais a identidade”. O autor da Geografia coloca nesse sintético conceito, dois elementos que compõem o território numa perspectiva geopolítica muito simples, porém de modo direto, isto é, nessa compreensão, podemos pensar o chão como um espaço efetivamente usado na composição das dinâmicas cotidianas, na produção de atividades sociais e políticas. No entanto, ao trazer o segundo elemento, a identidade, o autor agrega a realidade não apenas de ser lugar, mas de pertencer efetivamente, de se conectar àquilo em que o sujeito está inserido diante das expressões da “questão social”, esta, o principal objeto de intervenção do(a) Assistente Social. É nessa ótica, que Leão (2022, p. 224) elucida, que

As comunidades se constituem culturalmente. Cada espaço usado se coloca cotidianamente a partir de suas dinâmicas próprias, desenvolvendo seus modos de fazer história. Dentro de suas concepções, no entanto, há contradições, evoluções, reconhecimentos coletivos de expressões que geram suas identidades. Assistentes sociais que são inseridos em ambientes de trabalho, nos quais já se efetivam em suas próprias dinâmicas, passam a reconhecer necessidades de leitura da realidade e, a partir de então, traçar linhas de intervenção que proporcionem maior fluidez das relações e o fortalecimento dos vínculos ali já existentes.

Serviço Social e Geografia, portanto, são áreas de pesquisa e de conhecimento que se abraçam no envolver da História, através das congruências de uma realidade que conversa a partir da política, da economia, da cultura e de variadas outras formas que vão refletir nas atividades profissionais. Nesse envolver, bebendo de ambas as fontes, o debate sobre Território adentra aquele que constitui as políticas sociais, onde “para além de um espaço geográfico, é um chão histórico, marcado por múltiplas relações, que materializa a identidade de uma dada política social, no cotidiano relacional da vida das pessoas” (SPOSATI, 2013, p. 9). Além do debate acerca do território e de todo aparato que constitui a realidade que envolve ambas as perspectivas, o debate sobre classes subalternas e suas questões geopolíticas, ou sobre o desemprego e as relações de classe, ou ainda os aspectos da produção e reprodução da pobreza e os avanços do capital, com suas contradições, são fatores de imbricamento entre elas.

Há uma necessidade de o Serviço Social, mesmo sendo reconhecido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) como área de pesquisa, de beber e nutrir-se em outras ciências como a História, a Filosofia e, nesse caso, com a Geografia, pois são áreas das Ciências Sociais e Humanas que possibilitam esse debate e o aprofundamento da compreensão

das relações sociais. Por outro lado, semelhantemente, o Serviço Social também carrega, em si, estudos e pesquisas que dão vazão a outras áreas constituírem novas compreensões, essencialmente no estudo e desenvolvimento de políticas sociais, nas pesquisas sobre as expressões da “questão social” e na vulnerabilidade e risco que vivencia a população, essencialmente aquela que vive em condição de rua ou periférica, como também na produção da criticidade e nas discussões sobre a emancipação da sociedade em busca de uma nova sociabilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do texto, buscamos evidenciar a importância da interdisciplinaridade entre as ciências na construção de categorias teóricas. A conceituação de Território esteve presente na discussão, como parte essencial da formação e entendimento da Geografia e do Serviço Social, sendo caminho para o desenvolvimento dos debates, ampliando o leque de possibilidades de transformação social.

A evolução do pensamento geográfico, da institucionalização da Geografia como Ciência no século XIX com Humboldt e Ritter, passando pela Geografia Tradicional, com geógrafos como Ratzel, La Blache, Hartshorne etc., até a renovação da mesma com a Geografia Teórica-Quantitativa a partir do decênio de 1950, foi fundamental para edificação da Geografia Crítica surgida ainda em meados dos anos de 1970. Graças ao materialismo histórico-dialético, essencial para a sua edificação, ela vem romper com as ‘geografias’ que a precederam, passando a ser alicerce para diversos estudos contemporâneos.

A Geografia Crítica tem contribuído, graças a definição do seu objeto de estudo, o espaço geográfico e suas categorias de análises, com o pensamento social além do seu espaço endógeno, possibilitando a compreensão, por exemplo, de Território. Esta, que é uma categoria cara para a Geografia e que dá sustentação a investigações por outras ciências/áreas do conhecimento, possibilita uma discussão interdisciplinar, tendo em vista as metamorfoses e complexidades do mundo presente. Mas vale ressaltar, conforme Pontuschka, Paganelli e Cacete (2009, p. 143), que a interdisciplinaridade apesar de necessária no mundo atual, “não se constitui panaceia para todos os problemas da humanidade no planeta Terra”.

No entanto, pensar a interdisciplinaridade entre Geografia e Serviço Social, a partir do Território e seus usos, abre espaço para uma maior aproximação com a realidade social, buscando enfrentar os diversos problemas (a fome, o desabrigo, as doenças, o desemprego, as guerras etc.) que têm sido aprofundados pelos avanços sem precedentes do sistema capitalista e da globalização, que se impõe ao mundo travestido de suas fabulações, uma forma de esconder sua verdadeira face, a chamada globalização perversa (SANTOS, 2008).

O Serviço Social como política pública e, antes disso, como área de estudo e pesquisa, traz em seu bojo, reflexões importantes que alimentam a discussão acerca do atual sistema, que é contraditório, ao tempo que também é predatório, e elucida com propriedade caminhos possíveis na construção de uma sociedade que ultrapasse as características presentes. Os estudos sobre as expressões da “questão social” e a construção e efetivação de políticas sociais reverberam na constituição de uma sociedade que vise a equidade e a liberdade como valores. Daí a importância em trazer o debate sobre Territórios e seus usos de modo interdisciplinar favorecendo a construção, análise e avaliação de políticas sociais. De igual modo, a Geografia apresenta diversos conceitos, análises e ferramentas que podem ser utilizados para auxiliar na criação, execução e avaliação de políticas sociais voltadas para a assistência social e demais políticas públicas, contribuindo assim para o desenvolvimento social de modo crítico e atento às relações sociais contemporâneas.

Tendo em vista a trajetória científica, econômica e política dos últimos decênios, pode-se dizer que a aproximação entre Geografia e Serviço Social contribui significativamente para a temática

da interdisciplinaridade, servindo de reflexão e ponto de partida para outras pesquisas, podendo subsidiar a produção de novos conhecimentos científicos. De forma muito particular, no caso aqui discutido, os conceitos de Territórios e seus usos são chaves permanentes na análise e discussão em torno da interdisciplinaridade e do exercício prático político no cotidiano, tendo em vista a necessidade de compreensão dos múltiplos aspectos da realidade contemporânea que se nos apresenta.

AGRADECIMENTOS

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão de bolsa de pós-doutorado a Ricardo de Holanda Leão. Ao Grupo Josué de Castro de Pesquisas Territoriais/GJC da Universidade Federal de Alagoas/UFAL, Campus A. C. Simões, Maceió; ao Grupo de Estudos e Pesquisa Fronteiras: História, Educação, Trabalho, Patrimônio e Memória da Universidade do Estado de Mato Grosso/UNEMAT, Campus Universitário de Juara; e ao Grupo de Estudo e Pesquisas Territórios, Movimentos Sociais, Política e Serviço Social/TEMPOSS, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia/UFRB.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. CapacitaSuas: configurando os eixos de mudança. Brasília: Instituto de Estudos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2008. v. 1.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Norma Operacional Básica da Assistência Social – NOB/SUAS. Brasília, 2005.
- CORRÊA, Roberto L. Região e Organização Espacial. São Paulo: Ática, 1995.
- _____. Espaço: um conceito chave da Geografia. In: CASTRO, I. E. de [et al]. Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 15-47, 2012.
- GOMES, Paulo C. da C. Geografia e Modernidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.
- FIRMINO, Paul C. S. Modernização Técnico-Científica-Informacional e os Espaços da Globalização: sistemas técnicos, estrutura fundiária e relações de trabalho na agroindústria canavieira de Alagoas (1990-2020). 438f. Tese defendida na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.
- HAESBAERT, Rogério. O mito da Desterritorialização: Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- IAMAMOTO, Marilda V.; CARVALHO, Raul de. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. – 23ª ed. – São Paulo. Cortez, 2008.
- LACOSTE, Yves. A Geografia - Isso serve, em primeiro lugar para fazer a guerra. Campinas, SP: Papyrus, 3ª ed., 1993.
- LEÃO, Ricardo de H. Estética marxista e mediação através da arte: perspectivas do cotidiano profissional do(a) Assistente Social. (Tese de Doutorado) Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2022.
- MAMIGONIAN, Armen. Marxismo e Globalização: as origens da internacionalização mundial. In. Estudos de Geografia Econômica e de Pensamento Geográfico. Livre Docência apresentada na FFLCH/USP. São Paulo, vol. 1, p. 139-146, 2004.
- MONTAÑO, Carlos. A Natureza do Serviço Social: um ensaio sobre a gênese, a “especificidade” e sua reprodução. São Paulo. Cortez, 2007.
- MORAES, Antônio. C. R. Coleção Grandes Cientistas Sociais (RATZEL, Friedrich). São Paulo: Ed. Ática, 1990

- _____. Geografia: pequena história crítica. São Paulo: Annablume, 2005.
- MOREIRA, Ruy. O que é geografia. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- MORMUL, Najla. M.; ROCHA, Márcio. M. Breves considerações acerca do pensamento geográfico: elementos para análise. Geografia Ensino & Pesquisa, vol. 17, n. 3, set./ dez., p. 64-78, 2013. ISSN 2236-4994.
- NASCIMENTO, Paula. F. do; MELAZZO, Everaldo. S. Território: conceito estratégico na assistência social. Serviço Social em Revista, [S. l.], v. 16, n. 1, p. 66-88, 2013. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/16148>.
- NETTO, José P. Ditadura e Serviço Social: uma análise do serviço social no Brasil pós-1964 – 12ª – ed. – São Paulo: Cortez, 2008.
- RAFFESTIN, Claude. Por uma Geografia do Poder. São Paulo: Ática, 1993.
- PONTUSCHKA, Nídia N; PAGANELLI, Tomoko I; CACETE, Núria. H. Para ensinar e aprender Geografia. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- RIBEIRO, Ana. C. T. Território Usado e Humanismo Concreto: o mercado socialmente necessário. In. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina/EGAL. São Paulo: Universidade de São Paulo/USP, 20-26 de mar., p. 12458-12470, 2005.
- SANTOS, Milton. O retorno do território. In. SANTOS, M; SOUZA, Maria A. A. de; SILVEIRA, Maria L. (Org.) Território, Globalização e Fragmentação. São Paulo: Hucitec, 4 ed., p. 15-20, 1998.
- _____. Por Uma Geografia Nova: da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. São Paulo: EDUSP, [1978] 2008.
- _____. A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/EDUSP, [1996] 2008.
- _____. Por uma outra globalização: do pensamento único a consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria L. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. 9ª ed. 9ª ed. Record. Rio de Janeiro, 2006.
- SAQUET, Marcos, A.; SILVA, Sueli S. da. Milton Santos: concepções de geografia, espaço e território. Geo UERJ, Ano 10, v. 2, nº 18, p. 24-42, 2º semestre, 2008. ISSN 1981-9021.
- SORRE, Max. A Geografia Humana (Introdução). GEOgraphia - Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia. UFF, vol. 5, nº 10 p. 137-143, 2003.
- SOUZA, Marcelo, L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In. CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 77-116, 2012.
- SPOSATI, Aldaíza. Território e gestão de políticas sociais. Serv. Soc. Rev. Londrina, v. 16, p. 05-18, 2013.
- TRINDADE, Mably. O Serviço Social no Brasil: gênese, natureza e desafios na contemporaneidade. Revista serviço Social em Perspectiva. Montes Claros. V.1, n.1, jan/jun, p. 2-26, 2017.
- TROTSKY, Leon. A teoria da revolução permanente. São Paulo: Editora Sundermann, 2010.
- YAZBEK, Carmelita. Os fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade. CFESS; ABEPSS (Orgs.) Serviço Social: direitos e competências profissionais. Brasília, 2009.